

# Atraso de usinas deixa País sem 3 mil MW

Constantes revisões nos cronogramas revelam falhas no planejamento dos projetos; energia seria suficiente para abastecer o Ceará

Renée Pereira

Os relatórios do Ministério de Minas e Energia de julho de 2013 indicavam que a primeira turbina da termoeletrica Parnaíba II (antiga Maranhão III) entraria em operação em outubro daquele ano. De lá pra cá, o cronograma da térmica – de propriedade da Eneva, ex-MPX – mudou cinco vezes. Na última alteração, ocorrida às vésperas do início de funcionamento, a data foi adiada por nove meses. Casos como o de Parnaíba II recheiam os relatórios do Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico da Secretaria de Energia Elétrica (DMSE).

O Estado analisou todos os documentos divulgados mensalmente, após a reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), desde janeiro do ano passado até agora. Os dados foram cruzados com o último relatório da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), referente a março. No período, quase 3 mil megawatts (MW), de cerca de 70 usinas, previstos para entrar em operação no primeiro trimestre deste ano – após inúmeras revisões – tiveram as datas adiadas para os próximos meses. Isso representa quase 90% do que era previsto.

Num período de estresse no armazenamento de água nos reservatórios como agora, esse volume poderia fazer diferença para o País: seria suficiente para abastecer uma cidade de cerca de 8 milhões de habitantes – ou todo o Estado do Ceará. Mas, além desse prejuízo, especialistas afirmam que as constantes revisões dos prazos podem prejudicar a operação do sistema. “Tudo que é projetado para o futuro afeta preço e operação. Com mais energia para entrar, o cenário fica mais otimista”, diz o diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina), Roberto Pereira D’Araujo.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) afirma

## SEM RUMO

● Usinas planejadas para entrar em operação são constantemente adiadas

### AS 10 USINAS MAIS ADIADAS



\* Em fevereiro deste ano, foi anunciado que a usina será inaugurada em janeiro de 2015 \*\*Revisado para dezembro de 2014  
FONTE: RELATÓRIO DO COMITÊ DE MONITORAMENTO DO SETOR ELÉTRICO (CMSE)

que as informações são usadas na elaboração dos Programas Mensais de Operação, tanto no cálculo da disponibilidade de energia no curto prazo como no cálculo de custo futuro, que considera um horizonte de cinco anos à frente. “O ONS considerava a programação mensal as informações oficiais mais atualizadas disponíveis.”

A tarefa, no entanto, não é fácil. Há casos de usinas que, entre janeiro do ano passado e fevereiro deste ano, tiveram 11 alterações consecutivas no cronograma de entrada em operação, como os parques eólicos Icarai I e Cerro Chato V.

A primeira previsão de Icarai I era maio do ano passado, mas ela só começou a gerar energia em março deste ano. Já o cronograma de Cerro Chato V estabelecia o início de funcionamento em março de 2013. Pelo último relatório da Aneel, a nova data está marcada para 15 de maio deste ano.

A Eletrosul, responsável pelo empreendimento, explicou

● **Adiamentos**  
“Se essas usinas, com capacidade de cerca de 5 mil MW, tivessem entrado em operação, hoje o nível dos reservatórios estaria 25 pontos porcentuais acima do atual.”

**Walter Froes**  
PRESIDENTE DA CMU  
COMERCIALIZADORA

que havia a intenção de anteceder as datas previstas nos relatórios, mas por problemas na entrega de equipamentos não conseguiu manter o cronograma pretendido. Mesmo problema afetou o andamento da conclusão das unidades Anta 1 e 2, da hidrelétrica de Simplício, em construção pela estatal Furnas. Em janeiro do ano passado, as unidades estavam previstas para começar a operar em julho de 2013. Agora a expectativa é julho de 2014 e janeiro de 2015.

A Hidrelétrica Batalha também teve remarcações men-

“Tudo que é projetado para o futuro afeta preço e operação. Com mais energia para entrar, o cenário fica mais otimista.”

**Roberto Pereira D’Araujo**  
DIRETOR DO INSTITUTO DE  
DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO  
DO SETOR ENERGÉTICO (ILUMINA)

sais desde janeiro do ano passado. Foram nove revisões, que prorrogaram a entrada em operação de julho de 2013 para abril deste ano.

Segundo Furnas, que também é responsável pela construção da usina, o projeto foi impactado pela demora de três anos na concessão de licença de instalação e pela necessidade de adequações do projeto às condições geológicas do local.

As Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em construção no Rio Madeira, também seguem o mesmo ritmo de revisões no

cronograma e atrasos. Na avaliação do presidente da CMU Comercializadora, Walter Froes, não há gestão em cima dos projetos. Ele destaca, por exemplo, as térmicas do Grupo Bertin que não foram construídas como o previsto. “Se essas usinas, com capacidade de cerca de 5 mil MW, tivessem entrado em operação, hoje o nível dos reservatórios estaria 25 pontos porcentuais acima do atual.”

**Ficção.** As constantes revisões nos cronogramas mês a mês revelam falhas no planejamento e fiscalização das usinas. Segundo o executivo de uma consultoria que prefere não se identificar, se uma unidade está prevista para entrar em operação no mês seguinte ou dois meses à frente é porque praticamente tudo está pronto. O adiamento de nove meses, por exemplo, indica que o planejamento não tem uma visão real da situação ou as datas são muito otimistas.

Por outro lado, se o governo fosse retirar do cronograma to-

→ **71 usinas (ou parques)** estavam previstas para entrar em operação no primeiro trimestre, mas foram adiadas

A quantidade de energia que deixou de entrar no sistema: cerca de **3 mil MW**

Essa energia poderia suprir a necessidade de **8 milhões de habitantes**, o equivalente a todo o estado do **Ceará**

Segundo a Empresa de Planejamento Energético (EPE), para um crescimento da demanda de 5% ao ano, o País precisa acrescentar em média **6 mil novos MW ao sistema**

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

## Entraves vão de burocracia a problemas financeiros

Os motivos para atrasos na entrega de usinas elétricas variam de projetos mal feitos e dificuldade no licenciamento ambiental a problemas financeiros. Juntam-se à lista paralisações por decisões judiciais e falta de conexão para injetar a energia na rede. Embora alguns entraves sejam decorrentes da burocracia do governo e dos órgãos ambientais, o diretor da Coppe/UFRJ,

Luiz Pinguelli Rosa, também vê problema nas empresas.

Na avaliação dele, depois que o leilão é concluído, a responsabilidade pela obra é da empresa, e o governo pouco tem a fazer para garantir os cronogramas. Os instrumentos jurídicos, completa o executivo, dão muito poder às empresas. “O Brasil é um país paralisado. Na China e Estados Unidos, o se-

tor privado é dinâmico, conseguem realizar as obras.”

Entretanto, para o presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), Carlos Faria, as empresas sofrem com o longo processo de licenciamento ambiental e de autorizações públicas para conseguir iniciar uma obra. “Não há agilidade nem fiscalização adequada para acompanhar os projetos.” Ele lembra também dos prejuízos provocados pelas estatais no atraso das linhas de transmissão dos parques eólicos. Usinas ficaram paradas quase dois anos por falta de conexão.

Os atrasos são punidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Segundo o órgão regulador, as empresas podem ser multadas mais de uma vez caso descumpram cronogramas seguidamente. “Quando uma empresa descumprir o cronograma original ela é multada, e em seguida, caso necessário, a agência estabelece um novo cronograma para a entrega do empreendimento. Se a empresa descumprir novamente o prazo, recebe outra multa.”

Além dessa penalidade, quem descumprir o contrato de entrega de energia tem de ir a merca-



**Fragilidade.** Para Pinguelli, falta rigor com quem atrasa

do para comprar a energia que está deixando de entregar. Neste momento, teria de pagar R\$ 822 o MWh. Mas algumas empresas recorrem da decisão, alegando que os atrasos foram provocados por fatores que extrapolam a administração da companhia.

A Eneva, por exemplo, entrou com pedido na Aneel para não ser responsabilizada pela revisão no cronograma de Parnaíba II. O assunto será discutido em reunião de diretoria. A companhia disse que fez operação de hedge (proteção) para parte da energia que não está sendo entregue. /R.P.